



CIARI – Centro de Investigação e Análise em Relações Internacionais

www.ciari.org

14 de Abril de 2005

Portugal defende a sua língua materna?

Artigo de Opinião

Maria Miguel SOUSA GALITO

Mestre em Economia

Doutoranda em Ciência Política e Relações Internacionais

Instituto de Estudos Políticos
Universidade Católica Portuguesa

Portugal defende a sua língua materna?

Duas questões são focadas no meu artigo: a iniciativa de leccionar a disciplina de inglês a partir do 3º e 4º anos de escolaridade e o papel da lusofonia no mundo.

1. Quanto mais cedo uma criança aprende línguas, mais facilmente as domina na sua fase adulta. Estudos comprovam-no e a experiência parece confirmá-lo. Não creio, porém, que em termos políticos se deva tomar de ânimo leve uma decisão que tornará a próxima geração de portugueses cada vez mais apegados a *uma língua estrangeira em particular* – neste caso o inglês – sem lhes dar tempo para primeiro se afeiçoarem e dominarem a língua materna, que deve ser a sua prioridade.

Até porque *o português* – para além do castelhano, do inglês e do francês – é geralmente considerado como uma das “quatro línguas universais”, se usarmos como critério, o facto de estas serem oficiais em países de vários continentes. Não tendo, pois, porque *dar o seu lugar* ao inglês, se não tem estatuto regional como o grego, o polaco ou o sueco.

E um projecto que favoreça o ensino de línguas estrangeiras cada vez mais cedo nas escolas públicas, também não precisa *necessariamente* de se concentrar na aprendizagem de apenas *uma* língua. Não está provado que seja do interesse nacional aproximarmo-nos de uma condição – não na teoria, claro, mas na prática – que possa tornar os portugueses bilingues. Vejamos que a geração mais nova vai começar a aprender a ler e a escrever o *português* e o inglês com apenas dois anos de diferença!

Ainda se a ideia fosse incentivar as crianças, a partir dos tais 3º e 4º anos de escolaridade, a interessarem-se pela aprendizagem de línguas estrangeiras, para se irem familiarizando com sonoridades contrastantes do português, num contexto de abertura à diversidade – de pessoas, credos, culturas – talvez não fosse um projecto político com consequências imprevisíveis no médio e longo prazo.

É necessário perceber que as crianças de hoje, são os futuros adultos de Portugal que, a seu tempo, decidirão sobre as políticas dos seus próprios filhos. E a herança dos avós só passará para os netos, se os pais a transmitirem. Nada está garantido à partida. A questão que me prende, portanto, é mais política do que educativa.

2. Independentemente do governo que o projectou ou de quem vão ser os professores a leccionar as matérias – questões que extravasam o âmbito deste artigo – a ideia de ensinar o inglês à geração mais nova de portugueses, a partir do 1º Ciclo, é um projecto que já aguardava, há algum tempo, o momento certo para ser implementado.

O seu início está previsto em cerca de duas mil escolas no próximo ano lectivo e é popular porque vai aumentar o emprego dos professores, classe que enfrenta dificuldades natureza diversa. Baseia-se também na constatação de que há países na União Europeia em que as crianças começam a aprender uma língua estrangeira antes da idade que era estabelecida em Portugal.

Mas que países são esses? Casos extremos como Holanda e Malta – em que o ensino de uma língua estrangeira começa aos 5 anos – mas outros intermédios, como Espanha, Grécia, Itália, Finlândia e Suécia. Curiosamente, ou países com mais de uma Nação, ou mais de uma língua oficial, ou que usam dobragens na programação estrangeira apresentada na televisão e no cinema. E sejamos sinceros, quantas pessoas no globo falam grego, italiano ou sueco? Além do que, quem vai à Suécia, por exemplo, apercebe-se do peso que o inglês tem vindo a conquistar na sua expressão cultural contemporânea, sobretudo a que exportam.

Por outro lado, é preciso perceber que o caso de Portugal é raro. Quantos são os países que conseguem ser um só Estado, com uma só Nação e só uma língua (e nem vale a pena tentar demagogias em torno do Mirandês, que é língua protegida) falada por milhões de pessoas espalhadas pelo mundo? Seria demasiado dizer-nos caso único, mas somos excepção que confirma a regra. Sendo assim, uma medida que se compreende noutros países, não é necessariamente benéfica para Portugal. Pelo simples facto de nós termos particularidades que nos são exclusivas.

Mas há outro perigo. Veja-se que, na União Europeia a 25 com perspectivas de alargamento no futuro próximo, muito embora, por princípio, os documentos oficiais sejam traduzidos em todas as línguas dos Estados Membros, grande parte da actividade da União é feita, quando muito, a três ou quatro línguas. O *português* não consta desse *grupinho* de favoritos. Mas se houver empenho dos portugueses, inclusivamente em medidas concretas que aproximem as comunidades lusófonas – emigrantes e seus descendentes, residentes nos países lusófonos ou em regiões/cidades do mundo que falam ou usufruem forte ligação a um passado histórico comum – e houver um aprofundamento *efectivo* da CPLP – Comunidade de Países de Língua Portuguesa – e sendo a UE cada vez mais consciente, por exemplo, do papel do Brasil como potência económica emergente, a língua portuguesa poderá ocupar lugar de destaque na União.

Por isso, uma pergunta torna-se pertinente: no caso específico da língua portuguesa, os lusos estão dispostos a arriscar a sua expressão materna para tentar vencer *mais facilmente* no mercado internacional? Ou vão começar a confiar nas oportunidades proporcionadas pelo facto de pertencerem ao mundo lusófono, cujas potencialidades de afirmação ainda estão por dinamizar?

3. Antes de mais, talvez seja útil tentar perceber a principal razão do inglês se afirmar como *primeira língua* no mercado internacional. Sobretudo por causa dos EUA, superpotência do pós-Guerra Fria. E qual é a segunda língua, dada como emergente? O castelhano. Porque é a principal língua estrangeira a ser aprendida nos EUA (onde as crianças aprendem uma segunda língua a partir dos 14 anos), atendendo à necessidade que os estadunidenses têm de

comunicar com os dirigentes e emigrantes dos países hispânicos da América Latina, que insistem em expressar-se na sua língua mãe.

Curiosamente, todos esses países juntos representam talvez um terço da América Latina dominada pelo Brasil, que fala *português*. E a comunidade de lusófonos também é significativa nos EUA. Nesse caso, porque é que a língua portuguesa não foi acolhida com igual interesse?

Comecemos por escrever que, no caso dos EUA, quando temos a felicidade de encontrar uma tradução para língua portuguesa, de duas uma: ou vem associada a uma bandeira do Brasil, escrita em português-do-Brasil – o que faz sentido, atendendo a que é a probabilidade desses textos serem lidos por brasileiros e seus emigrantes é talvez mais elevada. Ou com bandeira de Portugal mas texto em português-do-Brasil, o que já é grave. E não deixa de contrastar, por exemplo, com os textos em castelhano que vêm sempre associados à bandeira de Espanha, e escritos na sua expressão espanhola, sabendo-se que quem os lê são, maioritariamente, hispânicos. Não é interessante?

Quem diria? Basta comparar as relações bilaterais de Portugal-EUA e Espanha-EUA para reconhecer que poderíamos aspirar a um estatuto mais favorável em terras norte-americanas; para a nossa língua mas também para o nosso país. Espanha é tida em consideração. Portugal *é um país parecido a Espanha*. É o que temos. Porque não nos damos ao respeito! Mas enfim, já diz o ditado, “Cada um tem o que merece”.

Seja como for, parece evidente que os lusófonos, no seu todo, não sabem ou não querem defender a sua língua mãe. Que mais não seja, porque não parecem *fazer tanta questão em expressar-se em português* como os hispânicos; seja em fóruns internacionais, nas reuniões de trabalho e nos seminários em que participam; ou porque não estimulam os estrangeiros a aprender a sua língua.

Mas, sendo portuguesa, conheço melhor a reacção dos meus conterrâneos nesta matéria. E a minha experiência diz-me que os emigrantes portugueses e seus descendentes agem como se sentissem vergonha da sua língua; regressando à terra mãe, fingindo-se não poucas vezes de estrangeiros. O que, quer queiram quer não, demonstra provincialismo e falta de personalidade.

E em Portugal, a larga maioria dos portugueses, na ânsia de comunicar e de mostrar que é poliglota, tanto se esforça que desincentiva os estrangeiros. O que me recorda uma reportagem que li em tempos sobre o Cliff Richards, em que o próprio reconhecia, com todas as letras, que quando se mudara para o Algarve, tentara aprender a língua do país de acolho; mas que, como todos à sua volta pareciam querer falar com ele em inglês, acabou por deixar de tentar, atendendo a que *não sentia necessidade* de o fazer para ser compreendido. Grande bofetada!

Mas há pior. Para minha infelicidade, já assisti a um congresso em que, muito embora fosse em Portugal e houvesse tradução simultânea (amplamente desaproveitada, por os presentes preferirem expressar-se em inglês, mesmo perante um número de anglófonos que se contava pelos dedos), um dos membros do painel chegou a *pedir desculpa* por fazer a pergunta em *português* porque *não sabia falar muito bem inglês*. Isto é grave. Aliás, é

ridículo. Se eu fosse estrangeira, sentia pena. Como sou portuguesa, a humilhação foi grande. E o exemplo, dado aos angolanos e cabo verdianos ali presentes – e que se haviam expressado num português perfeito – mais que deplorável.

Até nas empresas – nem digo multinacionais! – a salada chega a ser uma má colheita de palavras portuguesas com forte tempero a inglês. Havendo até quem se queixe, que fora do escritório, ninguém os entende.

Isto sem contar com a mediocridade de uma percentagem significativa dos estudantes na aprendizagem da língua portuguesa (e da matemática) que, decididamente, exige mais do aluno do que o inglês – e a sua gramática simples, quase previsível, que mal se compara com a criatividade imbuída na língua de Camões. Mas até porque a poesia perdeu terreno perante a economia, pode discutir-se se, mais por uma questão de pura racionalidade do que patriotismo – valor tão pouco na graça dos adolescentes que, por norma, nestas idades, questionam o preestabelecido – os futuros adultos portugueses não vão começar a *preferir o inglês*? Pode parecer descabido e até ultrajante considerar essa hipótese mas, não estamos tão longe disso. O calão usado pela geração mais jovem, especialmente urbana, é fortemente condimentado pelo inglês.

Razão pela qual me questiono: não seria preferível atacar primeiro as dificuldades de aprendizagem do português? Enquanto se procuravam melhorar os currículos, a qualidade dos professores, e o uso de novas tecnologias nas aulas de línguas estrangeiras frequentadas pelas crianças a partir da idade já estabelecida? E se incentiva à formação dos profissionais ligados ao turismo, para melhorar o seu conhecimento de várias línguas? É só uma pergunta. Mas que penso pertinente.

4. A decisão de preferir o inglês, baseia-se um pouco na noção de que não se pode contrariar a maré. Por o inglês ser a principal língua *do momento*, facto que temos de enfrentar, se quisermos adaptar-nos à realidade e não ser ultrapassados no mercado internacional. Não refuto completamente esta ideia. Mas quem nos garante que o inglês vai continuar a reinar? A economia dos EUA enfrenta dificuldades e marca passo perante a força económica da União Europeia, ou a velocidade com que se afirmam alguns mercados emergentes – China, Índia, Brasil, para me limitar a alguns exemplos.

O mundo bipolar, baseado no equilíbrio político-estratégico, acabou no período compreendido entre 1989/91, podendo talvez falar-se na hegemonia dos EUA como única superpotência do momento. Todavia, há também quem defenda que, do ponto de vista geoeconómico, o mundo se encaminha para um modelo multipolar. Se assim for, o peso da língua inglesa só será hegemónico se a comunidade internacional assim o entender; ou seja, se o usar preferencialmente para comunicar. O poder da língua é parecido ao da moeda. Depende do seu valor de troca.

Recordemo-nos que, em tempos mais remotos, também ninguém previa que o grego fosse destronado pelo latim. Muito menos que o francês, a um dado momento, suplantasse o latim. Em termos relativos, a prevalência do inglês é recente.

Para além do facto de haver muitos emigrantes em Portugal, provenientes de países tão diversos como da Ucrânia e da China que, no nosso terreno nacional, devem ser

estimulados a comunicar em português, ao mesmo tempo que nos devem abrir horizontes para a riqueza das suas culturas. Quem nos garante, portanto, que os portugueses não terão mais vantagens em diversificar o seu conhecimento de línguas – em especial, as faladas nos mercados emergentes? E não esquecer, que para nossa felicidade, um desses países é o Brasil, que *é lusófono*.

Consequentemente, um programa menos concentrado na aprendizagem do inglês, conservaria o poder da língua portuguesa entre a camada mais jovem, ao mesmo tempo que lhes aguçaria a curiosidade para outras línguas e culturas, talvez mais próximas dos seus interesses.

E num país cujos meios de comunicação apresentam na televisão e no cinema os produtos importados na sua versão original – apenas traduzidos em rodapé, o que por seu lado, estimula a população portuguesa a ler com rapidez e desenvoltura – e que, desde cedo, se empenha em integrar as comunidades estrangeiras que para cá vieram trabalhar e a comunicar com os turistas nas suas línguas estrangeiras, precisa de aprender inglês ainda mais cedo? Andamos nós a investir na CPLP para quê?

5. De facto, esforços mais efectivos no âmbito da CPLP poderiam ser uma ajuda preciosa. Sempre baseados na valorização da língua como vínculo histórico e património comum, e um instrumento de comunicação e de trabalho nas organizações internacionais.

Portugal não pode estranhar que Moçambique, por exemplo, possa colocar a hipótese de preferir o inglês, numa tentativa de aproximação à África do Sul. Portugal deve aproveitar para reunir argumentos que possam incentivar Moçambique a continuar a utilizar a língua portuguesa.

Argumentos que possam ter *aplicação prática*, claro. Veja-se o caso de Timor-Leste, em que houve políticas de promoção do *português* mas que, ou estão a ser ineficientes ou mal aplicadas; pois a confusão é reinante (jornais a publicar em quatro línguas diferentes, rádios locais em Tétum, indonésio e inglês, comunicados governamentais em português,...) e espelho perfeito de um desnorreamento capaz de distanciar o timorense da língua portuguesa de forma irremediável. Em especial, se não se actuar rapidamente, com convicção e vocação, sobre a geração que assume o país e, sobretudo, sobre os mais jovens, a fim de assegurar o futuro.

As populações protegem a sua língua, como defendem a sua casa. Identificam-se com ela. Porque lhes dá um sentimento de pertença a um grupo, no qual se sentem acarinhados. Porque este os dignifica. Não admira, por exemplo, que os hispânicos se queixem arrebatadamente, quase qual fosse crime de lesa-pátria, quando um dos seus artistas passa a cantar apenas em inglês para penetrar no mercado discográfico norte-americano. Eles têm *orgulho* em falar castelhano. Logo, *preferem comunicar* em castelhano.

Compreende-se, portanto, que não bastam políticas de promoção da língua portuguesa no mundo. É urgente que a comunidade lusófona, por si, compreenda a importância de se expressar no seu idioma materno. Não só no seu quotidiano, como no seu ambiente de trabalho.

Nem sequer é uma questão de contrariar a asseveração do inglês, mas de afirmar outra língua; para que deixe de, constantemente, perder terreno como o francês, não se torne numa língua morta como o grego, e consiga conquistar novos mercados como o castelhano.

A língua portuguesa não pode ser impingida, seja aos mais novos, aos lusófonos, à comunidade internacional. A língua portuguesa deve afirmar-se como valor simbólico de igualdade, união e fraternidade, porque constitui um meio de comunicação capaz de estreitar relações entre continentes. Mas para isso são precisas políticas governamentais concretas e uma igual vontade partilhada pelos povos a que estas se destinam.

6. Mas entre os lusófonos, o caso dos portugueses é elucidativo. Andamos a contracorrente. Há países nossos vizinhos que apenas recentemente se aperceberam da impossibilidade de passar o tempo a olhar para o seu próprio umbigo, se aspiram a um papel dinâmico num mundo exigente e globalizado. Por sinal, os portugueses precisam ser educados a gostar de si próprios, a ganhar confiança na sua afirmação além fronteiras e a se expressarem na sua língua, para não acabarem perdidos na globalização que, relembro, foi por nós iniciada.

Portanto, a língua portuguesa é talvez o maior dos trunfos que ainda nos resta saber usar na mesa de jogo que é a cena internacional. Saberemos usá-lo? É importante ter presente um ensinamento base: sempre que se falar e escrever em *português*, está a conferir-se poder aos lusófonos. Sempre que se usar o inglês, está a conceder-se poder aos anglófonos. E assim, eles venderão melhor os seus bens, o que lhes fortalecerá a sua economia, pelo que viverão melhor. A língua não é a única variável a contribuir para este resultado, mas é uma delas. Há quem não acredite. Mas a História – que conta já muitos séculos e desconhece impasses, porque é dinâmica – não engana.

14 de Abril de 2005